

O DIREITO À CIDADE E OS ENREDOS PÓS-MODERNOS DE UM PROJETO SOCIAL DIRIGIDO A JOVENS MORADORES DA METRÓPOLE PAULISTANA: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA “JOVENS URBANOS”.

*Aline Andrade¹
Flávia Schilling²*

Resumo: Este artigo trata dos contornos teóricos que fundamentam um projeto social dirigido a jovens moradores da metrópole de São Paulo denominado “Programa Jovens Urbanos”. Um dos principais objetivos expresso pelo Programa é ampliar e qualificar as possibilidades de circulação dos jovens na cidade, partindo-se do pressuposto de que jovens moradores de determinadas regiões da cidade – chamadas no Programa de periferias urbanas – são afetados por diferentes condições de exclusão, dentre elas a exclusão socioespacial. Interessa, nos limites deste artigo, problematizar a própria ideia de restrição da circulação: que saberes informam tais teses? Por que, afinal, haveria de se criar um empreendimento social que mobiliza uma gama de atores sociais (poder público, iniciativa privada, organizações comunitárias e os próprios jovens moradores dessas regiões, cuja identidade mais reconhecida é aquela que se apresenta nas drásticas estatísticas da vulnerabilidade social) para fazer o jovem circular fisicamente na cidade, movimentar-se em seus espaços? Diante disso, torna-se necessário reconhecer o ponto de vista assumido pelo projeto social, identificando em quais campos teóricos se instalam suas afirmações e proposições e, no diálogo com as ideias mapeadas, identificar possibilidades de leitura, lentes pelas quais se possam ver, interpretar e registrar os desafios da metrópole.

Palavras-chave: jovens; cidade de São Paulo; periferias urbanas; projeto social; circulação.

Abstract: This article approaches the theory behind a social initiative aimed at the youth of Sao Paulo named “Programa Jovens Urbanos”. One of it’s main goals is to increase and improve the mobility of the youth in the city, given that some of them live in what the program calls “urban peripheries”, being therefore affected by different exclusionary factors, such as the mobility one. Our goal is to explore the idea of the restriction of circulation and transportation: which theories support thesis such as this? Why would one, after all, create a whole social enterprise that revolves around a huge variety of social actors (such as the government, private initiative, community organizations, NGOs e even the

¹ Mestranda pela Faculdade de Educação da USP, Coordenadora de Projetos na Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios. alinepedagogia@hotmail.com

² Livre-Docente, Professora Associada da Faculdade de Educação da USP. oak1@uol.com.br

youth that actually live in this places) to make the youth circulate in the city but not to do the same in their own neighborhoods? These questions make the research necessary, starting from analyzing the base points of the social initiative and, from there, seeing what other points of view and interpretations are possible.

Keywords – youth, São Paulo city, urban peripheries, social initiative, mobility.

Este artigo inspira-se nas reflexões e inquietações resultantes do percurso de pesquisa que assume como porta de entrada a experiência de um projeto social dirigido a jovens moradores da metrópole de São Paulo denominado “Programa Jovens Urbanos”³.

O Programa Jovens Urbanos é uma iniciativa coordenada por uma organização não governamental, de reconhecida atuação no campo da educação pública, com financiamento de uma fundação vinculada a um banco privado e com um número expressivo de parcerias públicas e privadas, dentre elas, o Governo do Estado e a Prefeitura de São Paulo⁴.

Para os contornos da pesquisa, interessa destacar um dos principais objetivos expresso pelo Programa: ampliar e qualificar as possibilidades de circulação e mobilidade dos jovens na cidade, partindo-se do pressuposto de que jovens moradores de determinadas regiões da cidade – chamadas no Programa de periferias urbanas – são afetados por diferentes condições de exclusão, dentre elas a exclusão socioespacial.

No âmbito do Programa Jovens Urbanos compreende-se a restrição da circulação como castradora das possibilidades de desenvolvimento individual e limitadora do acesso e usufruto aos benefícios e oportunidades de uma vida urbana ampliada, acesso este, não apenas a direitos sociais, mas à chances reais de os jovens se tornarem produtores e consumidores de toda ordem de artefatos culturais, bens, serviços e informações que circulam na cidade.

De modo não explícito, a narrativa do Programa parece desdobrar-se da ideia do direito à cidade. Nessa lógica, o direito à cidade estaria sendo negado aos jovens, especialmente àqueles moradores das periferias afetados por múltiplos vetores de vulnerabilidade, negação esta que tolhe e restringe as possibilidades do exercício da cidadania, já que bloqueia a apropriação democrática do espaço urbano.

Em seu livro manifesto o *Direito à cidade*, Lefebvre (1991) expõe sua crítica ao caráter positivista-administrativista do urbanismo e da lógica planificadora do Estado autoritário, tal qual se apresentam e se impõem na

³ Realizado nos anos de 2007 a 2008 nos distritos de Lajeado (Zona Leste) e Grajaú (Zona Sul).

⁴ A parceria com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Cidade de São Paulo (SEADS), por meio do “Programa Ação Jovem”, viabilizou benefício de R\$ 60 reais e com Secretaria Municipal de Trabalho (SMTrab), por intermédio do Programa Bolsa Trabalho (que na 3ª edição chamava-se “Capacita Sampa”), destinou benefício de 140 reais, totalizando 200 reais/mês para cada jovem participante do Programa.

sociedade moderna. No lugar da administração, o autor evoca a ótica dos cidadãos, afirmando o direito à cidade em luta pelo direito de criação – à *obra* da cidade –, e plena fruição do espaço social. Expressa uma ideia de cidadania que extrapola o direito de voto e de livre expressão: ao acolher e reconhecer a pluralidade e a diferença (de indivíduos e comunidades), e a legitimidade dos conflitos, a cidade seria o lócus privilegiado da política e do exercício da cidadania, desde que garantidas as condições para que os cidadãos tenham controle direto sobre as formas de habitar a cidade.

Ao implicar a possibilidade de acesso e usufruto do direito à cidade, às questões de desigualdade socioeconômica (especialmente sob o jugo da vulnerabilidade social), o “Programa” parece assumir a perspectiva de Lefebvre, assim como de outros estudos, como os da Escola de Chicago, pioneiros em conjugar a dimensão espacial à dimensão da desigualdade social. A partir da segunda metade do século XX avançam os estudos no campo das Ciências Sociais e Geografia, nos quais se explicitam, de forma mais significativa, as relações sociais e espaciais como homólogas e dialeticamente inseparáveis.

Destaca-se, no entanto, que os pressupostos teóricos que sustentam as afirmativas do Programa estão marcadamente vinculados à ideias hoje reconhecidas – de modo controverso e não homogêneo –, como pós-modernas. Muitas dessas ideias repelem, ou não colocam no centro de sua atenção analítica, os conceitos e categorias de grandes teorias explicativas – como dialética –, classe ou mesmo desigualdade social que marcam, por exemplo, a teoria de Lefebvre.

Vale registrar os objetivos do Programa, enunciados que podem ajudar a dimensionar a problemática e o fio da argumentação que delineia este artigo:

O objetivo central do Programa Jovens Urbanos é expandir o repertório sociocultural de jovens expostos a múltiplos vetores de risco e vulnerabilidade. Para isso investe primordialmente na ampliação da circulação e da apropriação na cidade, estimula e promove ações de produção juvenil e contribui para a permanência, a reinserção ao sistema escolar e para a vinculação e novos processos formativos. (SANTOS, 2008, p. 21).

Interessa, nos limites deste artigo, problematizar a própria ideia de restrição da circulação: que saberes informam tais teses? Por que, afinal, haveria de se criar um empreendimento social que mobiliza toda uma gama de atores sociais (poder público, iniciativa privada, organizações comunitárias⁵ e os próprios jovens moradores de regiões, cuja identidade mais re-

⁵ Como já exposto, esta edição foi realizada em São Paulo, nos distritos do Grajaú (Zona Sul), e Lajeado (Zona Leste). Em cada distrito foram selecionadas quatro organizações não governamentais, cada uma delas contando com uma equipe de dois educadores e um coordenador, que eram responsáveis pela formação de 60 jovens. Os

conhecida é aquela que se apresenta nas drásticas estatísticas da vulnerabilidade social) para fazer o jovem circular fisicamente na cidade, movimentar-se em seus espaços? Por que haveria de se pensar que os jovens das chamadas periferias vivem estacionados diante de si mesmos, inertes à vida que pulsa na cidade; estariam mesmo esses jovens sofrendo de paralisia, como o pressuposto do projeto social afirma? Como e de que maneira se imporia aos jovens a impossibilidade da circulação?

Na busca por possíveis respostas a essas complexas questões, registra-se a hipótese de que essas afirmações se localizam em campos de saberes e poderes que pressupõem determinadas visões a respeito da vida nas grandes cidades e sobre as dinâmicas urbanas e os jovens que produzem suas vidas nesse contexto.

De pronto, constata-se que o projeto social em estudo tem uma forte inspiração pós-moderna: GUATTARI (1990, 1992), DELEUZE (1992, 1997), LYOTARD (1998), BAUMAN (2004); toda uma gama de autores simpatizantes é acionada a fim de sustentar as teses defendidas em seu discurso a favor da circulação da juventude na cidade.

A fim de se aproximar de tais teses serão feitos alguns registros – excertos de textos presentes nas publicações sobre o Programa⁶ –, nos quais são patentes as inspirações pós-modernas. Essas leituras serão acompanhadas por um autor que fez um inventário analítico sobre o tema, DAVID HARVEY (2012).

INSPIRAÇÕES PÓS-MODERNAS

De acordo com as premissas do Programa Jovens Urbanos, a restrição da circulação toma contornos que ultrapassam a lógica da inviabilidade, pois mesmo afirmando a importância de tal prática no contexto urbano, os jovens seriam afetados e interpelados pelos produtos materiais, forças culturais, jogos de linguagem (FOUCAULT 1995, 2003; LYOTARD 1998) que se espalham e entranham em todas as esferas da vida individual e coletiva.

O Programa recorre, a fim de justificar sua intervenção social, a um artigo de Guattari intitulado “Restauração da cidade subjetiva” (1992). Nes-

grupos se encontravam três vezes por semana, durante quatro horas, e realizavam, nesses encontros, diversas incursões a diferentes espaços e instituições da cidade (tanto na escala do bairro/distrito onde moravam, quanto em outras regiões da cidade). Cada distrito realizou atendimento a 240 jovens durante um período de 16 meses.

⁶ O Programa Jovens Urbanos conta com duas significativas publicações que este artigo utiliza como material de pesquisa e das quais decorrem as informações a respeito do Programa. Lançadas em 2008, as publicações são: *Jovens Urbanos: sistematização de uma metodologia* (SANTOS, 2008) e “Cadernos Cenpec: Juventudes Urbanas” (GUARÁ, 2008).

te artigo, Guattari enfatiza a existência de um paradoxo na forma que a circulação assume nas cidades: “a ampliação e velocidade de circulação de informações, imagens e produtos, entre outros, parecem petrificar as atividades humanas, tanto os níveis mais singulares da pessoa quanto aos níveis mais coletivos” (GUATTARI, p. 169 -170).

Trata-se, para o autor (visão esta também explicitamente assumida pelo Programa), de uma ordem dominante que põe em ação não somente um imobilismo físico, mas um imobilismo criativo, mental, perceptivo. Segundo Guattari, tal circulação lança as atividades humanas num nomadismo selvagem, pois ao mesmo tempo em que incita a entrada de pessoas numa circulação veloz, deixa homens, mulheres e jovens no mesmo lugar.

Para Guattari, a ordem dominante poderá ser contrariada na medida em que a circulação se destacar desse falso nomadismo e retomar a polifonia dos espaços, sejam eles virtuais ou não. Este parece ser o principal objetivo do empreendimento social “Jovens Urbanos”.

FLUXOS DE INFORMAÇÕES, NOVAS MÍDIAS, NOVOS IMOBILISMOS

Segundo as premissas adotadas pelo Programa, vivemos em cidades de fluxos globais de informações, produtos, bens, imagens, mensagens, tecnologias, – e o porvir das juventudes encontra-se inseparável dessa condição.

De acordo com seus pressupostos, jovens colocariam em cena expressões estéticas, comportamentos, estilos de vida e projetos de futuro que assinalam a presença de todo um sistema de referência, que, por sua vez, integra-se a uma cidade orientada para um modelo de circulação cuja noção de trânsito extrapola a de mobilidade física de pessoas.

Segundo o projeto social em estudo, podemos nos mover sem sair do lugar: pelas redes de informática, antenas de televisão e linhas telefônicas. É o caso da mobilidade imaterial de informações, mensagens, imagens. Simultaneamente, temos a mobilidade limitada espacialmente, na medida em que a circulação está concentrada em projetos arquitetônicos fechados, solução que minimiza a ocupação e as experiências com o espaço público.

Ambas as formas de circulação parecem prescindir da mobilidade física dos habitantes urbanos. Desse modo, as formas virtuais de informação e de comercialização de produtos, não se produziram sem subtrair algo das cidades. Parece que ao realizar práticas de consumo e acessar informações, sem precisar recorrer à rua, os jovens estariam vivendo e agindo, de algum modo – e sem saber –, contra a cidade.

As narrativas do Programa assinalam que:

[...] muitos jovens empenham expectativas de mudanças de vida vinculando-as diretamente à aquisição de bens tecnológicos ou ocupam seu tempo cotidiano na entrada em mundos virtuais de um computador e na manipulação de telefones celulares. (GUARÁ, 2008, p. 36-37).

O excessivo investimento no uso desses bens por parte dos jovens pode, segundo suas prerrogativas, reduzir a produção de sentidos e desejos situados para fora dos visores de tais máquinas, afunilando referências de socialização.

De modo ambíguo, o Programa também afirma que a presença ostensiva de produtos tecnológicos no cotidiano pode estar acompanhada por diversas práticas de invenção:

[...] quando as tecnologias deixam de assumir apenas uma função comercial e lucrativa para fazer funcionar outras potências, como, por exemplo, a produção de imagens; a produção de práticas de socialização inusitadas, como as interatividades virtuais entre grupos distantes geográfica e socialmente; a produção de novas práticas de utilização da mídia, como acesso a bancos de dados, videotecas etc. (GUARÁ, 2008, p. 37).

De acordo com tais premissas essa nova configuração concorreria para a “complexificação da vida urbana na medida em que produtos materiais e simbólicos, cada vez mais heterogêneos, participam e atuam na formação da coletividade das cidades” (GUARÁ, 2008, p. 37).

Ao reconhecer o globalizado e incessante fluxo de informações, de sistemas de significação e de circulação de produtos materiais, a compressão do espaço coletivo e da restrição da circulação no contexto do Programa toma outros contornos e sentidos, conforme as proposições de Lyotard (1998). Segundo o autor, a presença de informações multiplicadas na vida social proporia como desafio às populações a organização de interações sociais localizadas e provisórias (em contraposição a tipos de sociabilidades totalizadoras, como as protagonizadas por instituições), como estratégia para reconhecimento, assimilação e validação de saberes globalmente circulantes.

Lyotard argumenta que a diversidade e o afluxo dos saberes hoje são tais que nenhum indivíduo, e principalmente nenhum grupo fechado, pode mais possuir o conjunto dos conhecimentos como era possível nas sociedades arcaicas ou tradicionais. A inteligência, o pensamento, o conhecimento estão condenados à partilha, à abertura.

Harvey (2012) localiza as teses de Lyotard na esteira de outros autores pós-modernos, que expressam fascínio exacerbado pelas novas possibilidades de informação, produção, análise e transferência do conhecimento. Segundo as análises de Harvey:

Lyotard (1984), por exemplo, localiza firmemente seus argumentos no contexto de novas tecnologias de comunicação e, usando as teses de Bell e Touraine sobre a passagem para uma sociedade “pós-industrial” baseada na informação, situa a ascensão do pensa-

mento pós-moderno no cerne do que vê como uma dramática transição social e política nas linguagens da comunicação em sociedades capitalistas avançadas. Ele examina de perto as novas tecnologias de produção, disseminação e uso desse conhecimento, considerando-as “uma importante força de produção”. O problema, contudo, é que agora o conhecimento pode ser codificado de todas as maneiras, algumas das quais mais acessíveis que outras. Portanto, há na obra de Lyotard mais do que um indício de que o modernismo mudou porque as condições técnicas e sociais de comunicação se transformaram (2012, p. 53).

Outros pensadores também identificados nessa corrente pós-moderna, como Jean Baudrillard e Mark Pôster, são utilizados como referências em análises do Programa Jovens Urbanos. Segundo as narrativas do empredimento social, esses autores apontam o “desaparecimento dos indivíduos nas redes de informação”. Para Baudrillard, citado por Kumar,

O indivíduo deixou de existir em um relacionamento objetivo com seu ambiente. Ele não é mais um ator do mundo, mas um terminal de redes múltiplas. Com a imagem da televisão – que é objeto final e perfeito desta nova era – nosso próprio corpo e todo o universo circundante tornam-se uma tela de controle. (1997, p. 137).

O Programa afirma, enfaticamente, que o acesso aos fluxos informacionais entre jovens brasileiros dá-se, sobremaneira, através da televisão, sendo que a maioria se vê isolada de outras redes de comunicação.

Na televisão, as informações acessadas pelos jovens adquirem caráter indiferenciado, em razão de elas sobrevirem fragmentadas e condensadas, em velocidade correspondente ao padrão e formato televisivo. Daí a dificuldade de os expectadores se lembrarem das informações ou realizarem distinções entre elas, algo destacado pelo texto referência do Programa: “ressalte-se que raramente as informações com as quais jovens mantêm contato via televisão têm força convocatória para serem cruzadas com outros repertórios de saberes”. (GUARÁ, 2008, p. 39)

A manipulação intelectual de informações seria, em geral, obstruída ou diminuída prioritariamente em função da passagem veloz de uma imagem para outra, característica da linguagem televisiva. Além disso, as informações acabariam por se diluir nesse tipo de estrutura, pois disputam espaço com a forte presença icônica da estilística televisiva, expressa prioritariamente pelo formato de show e com recorrente apelo a sentimentalismos, entre outros elementos. (SARLO, 2006).

A ênfase nos efeitos paralisantes, estupefatos e acrílicos das mídias, especialmente da televisão, é recorrente nas análises pós-modernas. Segundo Harvey:

As preocupações pós-modernas com a superfície, por exemplo, podem remontar ao formato necessário das imagens televisivas. A televisão também é, como aponta Taylor (1987, 103-5), “o primeiro meio cultural de toda a história a apresentar as realizações

artísticas do passado como uma colagem coesa de fenômenos equi-importantes e de existência simultânea, bastante divorciados da geografia e da história material e transportados para as salas de estar e estúdios do Ocidente num fluxo mais ou menos ininterrupto”. Isso requer, além disso, um espectador “que compartilhe a própria percepção da história do meio como uma reserva interminável de eventos iguais”. (2012, p. 63).

O autor, mesmo mantendo um olhar distanciado das afirmações pós-modernas, reconhece o papel dominante da televisão não só na moldagem da cultura como modo total de vida, como também na conservação da lucratividade da produção capitalista:

Apontar a potência dessa força na moldagem da cultura como modo total de vida não é, no entanto, cair necessariamente num determinismo tecnológico simplista do tipo “a televisão gerou o pós-modernismo”. Porque a televisão é ela mesma um produto do capitalismo avançado e, como tal, tem de ser vista no contexto da promoção de uma cultura do consumismo. Isso dirige a nossa atenção para a produção de necessidades e desejos, para a mobilização do desejo e da fantasia, para a política da distração como parte do impulso para manter nos mercados de consumo uma demanda capaz de conservar a lucratividade da produção capitalista. (2012, p. 63-64).

LUGARES, COMUNIDADES

Sobre a noção de lugares e comunidades, as teses do Programa remontam a Massey. No artigo intitulado “Um sentido global do lugar”, Massey afirma que, na atualidade, as noções idealizadas de uma época em que os lugares eram supostamente habitados por comunidades com identidades delimitadas, contrapõem-se às análises críticas que concebem os lugares e as comunidades como formações múltiplas, onde as relações econômicas, políticas e socioculturais globais têm atuação.

Tal perspectiva é referendada por Bauman, quando afirma que a característica mais vital da vida urbana contemporânea, e provavelmente a mais influente a longo prazo, é a íntima interação entre as pressões globalizantes e o modo como as identidades locais são negociadas, construídas e reconstruídas (2004).

Para Massey, embora os lugares e as comunidades desenvolvam uma constelação particular de relações sociais, não é mais possível estabelecer fronteiras simbólicas blindadas entre um lugar e outro, uma comunidade e outra, um lugar e a sua cidade. Nessa perspectiva, a relação comunidade-lugar também é expandida: as comunidades podem existir sem compartilharem o mesmo lugar, a exemplo de uma rede de amigos com interesses comuns, ou pessoas que comungam crenças religiosas afins, que formam comunidade cidadinas não restritas se a um lugar demarcado geograficamente. “[...] em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor,

pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais [...]”. (MASSEY, 2000, p. 184).

A autora, ao caracterizar o lugar e a comunidade pela rede de relações sociais que articulam e fazem funcionar, chama ainda a atenção para o movimento contínuo que guia essas noções, considerando-se a plasticidade que as relações, no fluxo de seus acontecimentos, podem experimentar.

Se os lugares podem ser conceituados em termos das interações sociais que agrupam, então, essas relações em si mesmas não são inertes, congeladas no tempo, elas são processos. (MASSEY, 2000).

Segundo o Programa Jovens Urbanos, é nesse contexto de alta disseminação de informações, implosão espacial e mudanças na noção de lugar-comunidade, que os jovens moradores das cidades parecem organizar e sustentar suas vidas.

O Programa registra que esse jovens se relacionam de diferentes maneiras com as informações, significados e bens materiais que atravessam o ambiente urbano, e que a experiência da compressão de tempo-espço não ocorre de uma mesma forma para toda população juvenil.

A mesma observação torna-se válida nas narrativas do projeto social quando se refere às possibilidades de mobilidade física dos jovens. Condições de classe social, raça, gênero e idade, associadas à questão da segurança das cidades, às tecnologias e mídias dominantes, entre outras, são visitadas para compreender a vivência de espaço e lugar experimentada por grupos humanos.

O Programa alega que as desigualdades socioeconômicas persistentes na sociedade brasileira justificam em grande parte as restrições de mobilização dos jovens. Mas não só. Consideram-se também outras nuances como, por exemplo, o recorte de gênero que imporia outros campos de restrições, agora ligados especificamente à condição feminina.

Por esse crivo, seguindo as referências do Programa, jovens mulheres teriam mobilidades muito mais constrangidas do que jovens do sexo masculino. De acordo com Massey:

[...] pesquisas mostram de que modo a mobilidade das mulheres sofre restrições de inúmeras maneiras diferentes: da violência física ao fato de ser assediada, ou de ser simplesmente obrigada a sentir “fora do lugar” – não pelo “capital”, mas pelos homens. (2000, p. 178).

Guattari, Bauman, Massey, Kumar e Lyotard integram a linhagem de autores que, de modo heterogêneo, se dispõem a pensar os matizes sociais, econômicos, políticos (amparada pelo estudo das disposições psicológicas dos indivíduos) e a delinear as manifestações concretas implicadas no curso das ideias atuais.

Os autores presentes nas narrativas do Programa são contundentes na apreciação da vida urbana contemporânea como “algo que é o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser”⁷, ou seja, algo que se chama pós-modernidade, mas que se converte e se sustenta nos escombros da modernidade que a supera ou excede.

No Programa Jovens Urbanos, assume-se, portanto, a perspectiva do pós-modernismo: “nas últimas duas décadas, ‘pós-modernismo’ tornou-se um conceito com o qual lidar, e um tal campo de opiniões e forças políticas conflitantes que já não pode ser ignorado” (HARVEY, 2012, p. 45)

Terá ele [o pós-modernismo] um potencial revolucionário em virtude de sua oposição a todas as formas de metanarrativa (incluindo o marxismo, o freudismo e todas as modalidades da razão iluminista) e da sua estreita atenção a “outros mundos” e “outras vozes” que há muito estavam silenciados (mulheres, gays, negros, povos colonizados com sua história própria)? Ou não passa da comercialização e domesticação do modernismo e de uma redução das aspirações já prejudicadas deste a um ecletismo de mercado “vale tudo”, marcado pelo *laissez-faire*? Portanto, ele solapa a política neoconservadora ou se integra a ela? E associamos a sua ascensão a alguma reestruturação radical do capital, à emergência de alguma sociedade de “pós-industrial” vendo-o até como a “arte de uma era inflacionária” ou como a “lógica cultural do capitalismo avançado” (como Newman e Jameson propuseram)? (HARVEY, 2012, p. 47)

Seguindo as problematizações de Harvey, o Programa Jovens Urbanos parece assumir o pós-modernismo em toda a sua positividade, afirmando a sua potência revolucionária de promover a experiência da alteridade, a experiência de outros mundos e outras vozes nas dinâmicas urbanas.

Sustentando-se nos postulados pós-modernos, o Programa parte do pressuposto que a força mais marcante da cidade está na sua potência de dispersão de grupos humanos. O aparecimento de cidades convocaria a mobilidade humana em contrário à concentração proposta pelas aldeias, ingressando nos costumes da cotidianidade urbana o desejo de trânsito e o exercício ativo de abandonar o lar para ir a outro lugar.

Na perspectiva dessa força de circulação presente nas cidades, habitantes metropolitanos teriam como possibilidade incessante o convite a processos de desterritorializações subjetivas.

Pelo movimento físico de deslocamentos, engendrar-se-iam encontros e a intercessão de uma pluralidade de sistemas de significação – interesses afetivos, intelectuais, estéticos, sistemas de pensamentos e de ações múltiplos e não coincidentes entre si –, invocando convites à modificações e

7 Alusão ao texto de Gilles Deleuze no qual ele anuncia a metamorfose das sociedades disciplinares para as sociedades de controle: “Mas as disciplinas, por sua vez, também conheceriam uma crise, em favor de novas forças que se instalavam lentamente e que se precipitariam depois da Segunda Guerra mundial: sociedades disciplinares é o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser.” (DELEUZE, 1992, p. 208).

à expansões de pontos de referências subjetivos, um convite à experiência de alteridade.

Entretanto, o próprio Programa faz uma ressalva: a força de circulação em ação nas cidades não pode ser tomada nem positiva nem negativamente per si, tampouco abstratamente, pois ela depende dos gestos que a fazem, da implicação com o ato, das técnicas de regulação e do quadro de poderes em que está envolvida. Em suma, de elementos que conjugam a forma que a própria circulação adquire em cada tempo, e dos tipos de fluxos que a faz funcionar.

Amparando-se nas teses de Guattari, o desempenho dessa força cidadina estaria em relação direta com agenciamentos políticos, econômicos, legais, sociais e artísticos. Uma cidade orientada para uma forma de circulação em que a dinâmica dos espaços construídos é preterida pelos espaços virtuais ou espaços fechados, como os *shoppings centers*, resultaria em efeitos distintos daqueles anunciados por uma perspectiva de experiência da alteridade de outros mundos.

ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES

Não que os jovens não circulem! Considerando-se, sobretudo, as teses pós-modernas, os jovens estão sim, sujeitos à circulação (de fluxos informacionais, jogos de linguagem, artefatos culturais) mesmo sem saírem do lugar. Os jovens estão condenados a serem terminais múltiplos de uma rede conectada, na qual circula tudo, menos eles próprios, já que de acordo com o Programa Jovens Urbanos, encontram-se imobilizados, soterrados por uma avalanche de signos e produtos que não são capazes de codificar ou compreender, talvez, quem sabe, apenas consumir.

O que parece estar em jogo nas afirmações e proposições do Programa Jovens Urbanos não é a restrição da circulação e sim a qualidade dessa circulação e sua qualificação em relação às possibilidades de relações e ao grau de multiplicidade das experiências que essa circulação faz engendrar.

Para o Programa, a circulação e os diferentes níveis de relação que ela propicia entre os jovens e a cidade podem tanto expandir como restringir, impedir, obstruir as oportunidades de exercício de cidadania. Assim, os jovens estariam vivendo sob o risco de terem impedidas suas possibilidades de construção de realidades e perspectivas de futuro mais criativas e dignas, para além das desoladoras estatísticas das vulnerabilidades sociais de toda a ordem.

Segundo o Programa, os jovens pobres, moradores dos territórios caracterizados pelas ditas vulnerabilidades sociais, têm o seu campo relacional diminuído, o que afunilaria processos de sociabilidade mais amplos e diversificados, causando o enclausuramento desses jovens em seu mundo. Mes-

mo quando estabelecidas, tais relações seriam incapazes ou desqualificadas para a conquista de novas posições sociais.

O que se afirma, não parece ser – conforme já reiterado –, a restrição da circulação e sim a tese idealizada de que os usos e apropriações que os jovens fazem da cidade são desqualificados ou insuficientes para alcançar uma dimensão mais plena da vida urbana, uma dimensão dos incluídos socialmente, dos verdadeiros usuários da metrópole, detentores dos modos válidos e enobrecidos de usufruir a cidade.

Tais ideias nos levem a supor que o lugar de fala desses enunciados seja, talvez, a dos urbanos incluídos, pois há que se imaginar a possibilidade de que esses jovens pobres moradores de periferias, usufruam de uma intensa sociabilidade e cultura local.

Neste artigo foram apresentadas algumas pistas de certo modo de ver e tecer compreensões sobre a cidade e suas dinâmicas urbanas, caracterizando-a como um território conflituoso e contrastante de ideias. Esse terreno arenoso evidencia que ainda há muito para se pensar sobre a cidade e seus desafios, e, no caso específico dessas reflexões, sobre como os jovens se movimentam e produzem suas vidas nesse contexto de potências e problemáticas.

Pensar sobre/com a cidade em sua relação com a problemática da juventude exige supor, por exemplo, que jovens ao serem atingidos pelos efeitos das condições de vida urbana contemporânea não se mostram imóveis, passivos, mas, de modo muito mais ativo, agindo em articulação e implicação com esses cenários, fazendo-os fenecer ou funcionar.

É preciso, no entanto, estratégias adequadas que permitam reconhecer e descrever esses intrincados e articulados arranjos culturais que perfazem a vida das grandes metrópoles. Esses arranjos são múltiplos e diferenciados, e ao mesmo tempo coerentes com um determinado espaço e tempo, e é no jogo dessas ambivalências que reside o desafio do trabalho de investigação. Acessar as senhas da vida urbana para se aproximar dos jovens exige produzir tessituras analíticas de escalas variadas, a fim de localizar ressonâncias e constâncias, vias pelas quais determinadas práticas culturais têm a chance e a permissão de passar (e, algumas vezes, escapar, a fim de criar outras novas vias).

Recorrendo à companhia de outros autores encontramos Vera Telles, pesquisadora que tem se dedicado, amiúde, à observação, descrição e análise da cidade em sua estreita relação com os jovens que inscrevem seus modos de vida na metrópole de São Paulo, na tentativa de estabelecer as linhas de um novo diagrama, de um mundo social que vem se desenhando. Segundo a autora:

Ainda pouco se sabe do modo como os processos em curso redefinem e interagem com a dinâmica societária, a ordem das relações sociais e suas hierarquias, as práticas sociais

e os usos da cidade, as novas clivagens e diferenciações que definem bloqueios ou acessos diferenciados aos seus serviços e espaços. Ainda será preciso decifrar o modo como as atuais reconfigurações econômicas e espaciais redesenham o mundo social e seus circuitos, os campos de práticas e relações de força. (TELLES, 2006, p. 49).

Apreende-se, das instigantes ideias que nos fazem pensar a respeito desse mundo social alterado, das realidades urbanas em mutação, novas pistas de investigação e pesquisa que delimitam, ainda que de forma exploratória, a construção da problemática que orienta este artigo. Tais pistas inspiram-se no que Telles denominou, valendo-se da expressão de Jacques Donzelot, uma outra “invenção do social”

Uma outra invenção do social que se faz nos escombros da anterior e que, nas suas dobras e em outros agenciamentos das relações entre o social, econômico e político, vai ganhando forma nas práticas de gestão da pobreza e administração de suas urgências. (TELLES, 2006, p. 434).

Sinal dos tempos e da diferença dos tempos em relação às décadas anteriores, esse feixe de mediações está por todos os lados redefinindo o jogo dos atores, os agenciamentos locais e a gramática política na qual:

[...] lideranças populares ganham o *status* de empreendedores sociais, os moradores (antes sob a figuração de cidadãos reivindicantes) viram público-alvo e o tão celebrado (almejado) espaço público vai se contraindo na disputa por recursos que passam agora também por outros meandros, outros meandros da riqueza social disputada, pelas agências públicas certamente, mas também e cada vez mais, por essa espécie de mercado social em que parece ter se tornado a gestão da pobreza sob o traço distintivo da responsabilidade social e da benemerência eficaz. (TELLES, 2006, p.434).

Distanciando-se de uma perspectiva fatalista ou do dualismo fácil, que ingenuamente absolve ou condena, é preciso estar atento a esse campo de disputas. É verdade que toda essa nova configuração social ganha contornos e constelações muito diferenciadas conforme os locais e modo como interage com outras práticas associativas, outros atores, outros diagramas de relações e atrelamentos políticos.

Seja como for, entre organizações não governamentais, entidades sociais e suas parcerias em torno de programas sociais locais, os circuitos do assim chamado Terceiro Setor e suas formas renovadas de gestão da pobreza, tudo isso vai ganhando forma e realidade em configurações sociais que ainda precisam ser mais bem conhecidas.

É a partir deste prisma, e mobilizado por tais questões, que se avalia relevante conhecer melhor o modo como essa malha de relações e mediações conformam o espaço social construído nas relações entre as esferas da vida privada (a vida dos jovens, suas trajetórias e seus enredos biográficos) e as diversas facetas do mundo público. É a partir dessa perspectiva

que se deve propor um olhar apurado (de descrição e produção de pistas analíticas) para as teias de relações e os campos de ação social, construídos em torno de programas sociais que hoje se estendem por todo o urbano.

Sob tal perspectiva, é preciso investir esforços no deciframento das possibilidades, impasses e bloqueios da ação coletiva e de uma – hoje mais do que necessária –, reinvenção da política (e da cidade).

O Programa Jovens Urbanos parece ser um campo fértil para a construção desse esforço de deciframento. Encontramos, em suas narrativas a tentativa de construção de um referencial outro, que a afirmação dos jovens e da potência de suas experiências de vida frente ao reiterado discurso de projetos sociais que buscam resolver o problema da juventude, caracterizando-a como potencial risco, como problema social.

Mesmo em face dos critérios de vulnerabilidade reificados para selecionar e justificar a intervenção em determinados territórios da cidade, o Programa apresenta tensões e parece tentar se desvencilhar de um discurso que se vale de uma identidade juvenil, desenhada apenas com os traços distintivos dos indicadores sociais expressos em diferentes pesquisas, que buscam caracterizar o jovem como “vulnerável” ou como “problema social”:

O Programa propõe uma intervenção cujas estratégias não reafirmem identidades socialmente negativas associadas aos jovens – o desempregado, o usuário de droga, o violento, os jovens “de rua” etc. – mas sim a construção e afirmação de novas identidades socioculturais juvenis desmobilizando aquelas que lhes são conferidas pelas condições de vida, pois as subjetividades podem ser alteradas nas interações sociais por se produzirem nas relações. Assim, os índices de vulnerabilidade social das cidades são informações de partida para selecionar as regiões a serem trabalhadas, no entanto, não estarão figuradas no processo formativo como marca negativa dos jovens. (SANTOS, 2008, p. 21).

Atualmente, veicula-se o *slogan* do sucesso como elemento constitutivo da narrativa de diferentes projetos sociais, nos quais se anuncia que é preciso “tirar os jovens das ruas”, ocupá-los e educá-los para que possam se tornar cidadãos (como se já não o fossem), ou seja, discursos nos quais frequentemente aliam-se pobreza e criminalidade (evidenciando a nossa conhecida, e nunca superada, criminalização da pobreza). Contra essa ideia de confinamento, o Programa Jovens Urbanos aponta uma distinção, posto que opera na ampliação da circulação e da apropriação da cidade:

Encarar a cidade significa, na pauta do Programa Jovens Urbanos, reconduzir aos jovens o direito à circulação na cidade, garantir acesso qualificado, em tempo real, aos equipamentos materiais e imateriais em ação no fluxo urbano, intensificar a sensibilidade pelo diferente e pelos problemas relevantes de nosso tempo, porque é nas cidades de hoje que os problemas mais cruciais de nosso tempo se cruzam e se manifestam (GUARÁ, 2008, p. 10).

A problematização disparada a partir do Programa Jovens Urbanos evidencia apenas alguns dos caminhos de investigação a respeito das ações sociais na contemporaneidade, possibilidades de invenção de práticas políticas de – por que não dizer –, transformação social, enfim, práticas que atuem sobre a vida de milhões de jovens urbanos que habitam a cidade.

São pistas iniciais de um trabalho que exigirá esforços analíticos mais aprofundados, capazes de abranger o complexo jogo de atores, os campos de disputa e as principais linhas de força presentes no Programa Jovens Urbanos e, de alguma forma, também presentes na cidade.

EM DEFESA DO PLURALISMO ANALÍTICO

Acompanhando os postulados e inspirações teóricas do Programa, objeto da reflexão produzida nesse artigo, resta-nos reconhecer o que há de fecundo e fértil no vasto – e não raro, às vezes, controverso –, campo das ideias ditas pós-modernas. Fecundidade e fertilidade de categorias que permitam descrever e analisar a experiência urbana contemporânea, acompanhando o ritmo insuspeito de sua transformação, de modo novo, isto é, de modo a identificar nuances, pistas, outras chaves da cultura urbana:

[...] a mais difícil questão sobre o movimento pós-moderno: o seu relacionamento com a cultura da vida diária e a sua integração nela. Embora quase toda a discussão disso ocorra no abstrato, e, portanto, nos termos não muito acessíveis que sou forçado a usar aqui, há inúmeros pontos de contato entre produtores de artefatos culturais e o público em geral: arquitetura, propaganda, moda, filmes, promoção de eventos multimídia, espetáculos grandiosos, campanhas políticas e a onipresente televisão. Nem sempre é claro quem está influenciando quem no processo. [...] Fazemos o que fizemos com o conceito, não devemos ler o pós-modernismo como uma corrente artística autônoma; seu enraizamento na vida cotidiana é uma de suas características mais patentemente claras. (HARVEY, 2012, p. 62-65)

Também é preciso não virar as costas às dissonâncias dessa corrente pós-moderna, às outras formas e métodos de se aproximar e descrever a dinâmica social urbana.

Enfrentar os desafios da cidade exige esse esforço de atenção e plasticidade: ampliar horizontes teóricos e metodológicos, sem cair nas armadilhas de leituras que gerem verdades capazes de justificar, com ares de atualidade e rigor científico, empreendimentos sociais que determinam como e de que maneira se deve realizar a gestão das urgências da cidade, em última instância, a gestão da pobreza. É na descrição dessa gramática, desse novo diagrama social em ação nas cidades, que a força de investigação precisa se deter.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. Amor líquido: sobre a fragilidade das relações humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. DELEUZE, G. Post-scriptum Sobre as Sociedades de Controle. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles. e GUATTARI, Felix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. Poder e saber. In: *Ditos e Escritos. Estratégia, Saber, Poder*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- GUARÁ, Isa Maria Ferreira da Rosa. (org.). *Juventudes Urbanas*. São Paulo: Cadernos Cenpec, 2008.
- GUATTARI, Felix. *As Três Ecologias*. Campinas: Ed. Papirus, 1990.
- _____. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 21ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LEFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- _____. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1995.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A. (Org). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.
- SANTOS, Wagner (org.). *Jovens Urbanos: sistematização de uma metodologia*. São Paulo: CENPEC, 2008.
- SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- TELLES, Vera. & CABANES, Robert. (org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.